

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.683 - MG (2019/0009591-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
**ADVOGADOS** : GILBERTO BORGES DA SILVA E OUTRO(S) - MG144478  
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - MG111753N  
**AGRAVADO** : LUANA MORAIS DE SOUZA VICENTE  
**ADVOGADO** : SYLVIO MOREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG121080N

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO VALORES COBRADOS EM EXCESSO. ARTIGO 525, § 4º, CPC.

- Deve ser mantida a rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença quando, não obstante a alegação de excesso de execução, o executado em momento algum, declara o valor que entende como devido, não juntando qualquer demonstrativo contábil nesse sentido, em violação ao disposto no artigo 525, § 4º do Código de Processo Civil.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 525, inciso V, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que a parte agravada postula saldo manifestamente indevido, havendo excesso de execução.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou:

Como bem elucidou a i. juíza, a agravante não juntou aos autos demonstrativo discriminado e atualizado do seu cálculo. Os documentos de f. 454-457/TJ são apenas pequenas planilhas de débitos judiciais e extratos contendo as parcelas que foram pagas e as em aberto.

Neste sentido, forçoso concluir, que a agravante não atendeu ao disposto no artigo 525, § 4º, do Código de Processo Civil, mostrando-se escorregia a decisão que rejeitou a impugnação oposta.

De acordo com o artigo 525 do CPC:

[...].

Importante ressaltar, que o agravante sequer combate o argumento central da rejeição da sua impugnação, qual seja; a falta de demonstração do excesso alegado na execução e ausência de demonstrativo discriminado com valores que entende devidos. O mesmo apenas insiste que há excesso.

Com efeito, o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

3. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, para verificar o alegado excesso de execução, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (2015). DEFERIMENTO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DE ORIGEM. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO COMPROVADA. **ALEGADO EXCESSO DE EXECUÇÃO. REEXAME DE PROVAS CARREADAS AOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.** ACÓRDÃO RECORRIDO. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DO QUANTUM DA EXECUÇÃO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. RECURSO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1118981/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator